



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
Setor de Licitações e Contratos - SELIC/CLOG/DIREN/ANP-PF

Decisão nº 142557988/2025-SELIC/CLOG/DIREN-ANP/PF

Assunto: **Decisão do Pedido de Impugnação**

Destino: **CLOG/DIREN-ANP/PF**

Processo: **08204.001314/2025-10**

Interessado: **DIREN-ANP/PF**

1. ADMISSIBILIDADE

1.1 A empresa BITENCOURT CENTRAL DOS EXAMES DE BRASILIA LDA, inscrita sob CNPJ: 05.663.326/0001-12, com fundamento nos itens 15.1 do Edital nº 90010/2025, Sei nº 142352952, apresentou impugnação ao instrumento convocatório, por meio do e-mail institucional selic.diren.anp@pf.gov.br, no dia 11/09/2025.

2. DA TEMPESTIVIDADE

2.1. Aos termos do referido edital, pelas razões de fato e de direito abaixo aduzidas.

DA TEMPESTIVIDADE

O referido edital estabelece em seu item 15 que:

"15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: selic.diren.anp@pf.gov.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame."

2.2. O Decreto Federal nº 10.024/2019 regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

2.3. O prazo para que se possa apresentar razões de impugnação é de até 03 (três) dias úteis anteriores à realização da sessão, marcada para o dia 17/09/2025, ou seja, até o dia 12/09/2025.

24. Desta forma, o pedido de impugnação ao edital da BITENCOURT CENTRAL DOS EXAMES DE BRASILIA LDA, inscrita sob CNPJ: 05.663.326/0001-12 é **tempestivo**.

3. DA IMPUGNAÇÃO

3.1. Informo que a íntegra da peça está disponível no documento sei nº 142540856 e será disponibilizada no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/licitacoes/2024/distrito-federal/pregao-eletronico/edital-e-anexos.zip/view> e transcrito para comprasnet.gov.br.

3.2. Resumidamente, o impugnante questiona a legalidade do Edital no tocante à:

(...)

"IV. DO PEDIDO

a) O conhecimento da presente impugnação de Edital para que, em seu mérito, seja julgado procedente a alteração do edital para que:

(i) exija a demonstração de licenciamento sanitário do licitante;

(ii) a inclusão da exigência de demonstração de inscrição no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES);

(iii) exija a demonstração de inscrição da pessoa jurídica perante o Conselho Regional de Medicina; e

(iv); exija a demonstração de inscrição da pessoa jurídica perante o Conselho Regional de Enfermagem;

b) A retificação do edital licitatório do Pregão Eletrônico n.º 90009/2025, para que seja julgado procedente a alteração do edital para que: (i) exija a demonstração de licenciamento sanitário do licitante; (ii) a inclusão da exigência de demonstração de inscrição no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES); (iii) exija a demonstração de inscrição da pessoa jurídica perante o Conselho Regional de Medicina; e (iv); exija a demonstração de inscrição da pessoa jurídica perante o Conselho Regional de Enfermagem;

c) Acaso Vossa Senhoria entenda que o Edital Licitatório n.º 90009/2025 não deva ser reformado, requer que os autos sejam encaminhados à Autoridade Competente para apreciação do pedido de reforma retroconsignado."

(...)

4. DA ANÁLISE DO SETOR TÉCNICO

4.1. Considerando manifestação do Setor Técnico, conforme transcrito abaixo:

(...)

"Do resumo dos fatos, do Direito e do pedido: conforme consta do Anexo Impugnação Pregão Eletrônico nº 90009/2025 (142540856).

Segue a análise deste SEPLAN em conjunto com a equipe de planejamento da contratação:

Do pedido que seja julgado o mérito das alterações sugeridas e republicado o Edital para incluir as seguintes exigências:

i - demonstração de licenciamento sanitário do licitante; - consta do item 9.30.1 do Termo de Referência anexo ao Edital que faz parte do Edital da presente contratação.

ii - demonstração de inscrição no Cadastro nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES); consta do item 9.30.2 do Termo de Referência anexo ao Edital que faz parte do Edital da presente contratação.

iii - demonstração de inscrição da pessoa jurídica perante o Conselho Regional de Medicina; consta do item 9.29 do Termo de Referência anexo ao Edital que faz parte do Edital da presente contratação.

iv - **demonstração de inscrição da pessoa jurídica perante o Conselho Regional de Enfermagem; - não se aplica pois o entendimento do Tribunal de Contas da União** é de que quando há colisão de requisitos de registros em Conselhos ou Entidades de Classe se aplica apenas o de maior relevância, sendo no caso concreto de contratação do serviço de pronto atendimento médico com fornecimento de ambulância a atividade de medicação preponderante sendo o pronto socorrismo realizado pelos profissionais de enfermagem acessórios à atividade principal.

"O Tribunal de Contas da União (TCU) entende que, quando a qualificação técnica de uma licitação exige registro em conselho de classe de mais de uma categoria profissional, essa exigência deve se limitar ao conselho que fiscaliza a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação."

O tema é abordado em diversos acórdãos do TCU, mas um dos mais citados que consolidam esse entendimento é o Acórdão 2615/2021-Plenário.

Este entendimento se baseia no princípio de que a exigência de registro profissional deve estar diretamente ligada à natureza do serviço a ser contratado, evitando ônus desnecessários e restritivos à competitividade das licitações"

Acórdão 2615 de 2021 Plenário (142548371) disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*/KEY:ACORDAO-COMPLETO-2516913/NUMACORDAOINT%20asc/0

Dos argumentos para embasar a decisão: Conforme acima, os itens solicitados de inclusão no Edital já compõem o supracitado instrumento tendo em vista que o Termo de Referência que contém as obrigações de qualificação técnica é anexo que compõe o Edital de licitação. Nesse diapasão cabe ao licitante ler atentamente todo o escopo do instrumento de publicação do certame (Edital e seus anexos entre eles Termo de Referência) para que possa compreender o bojo do procedimento bem como os requisitos e descrição do objeto a ser contratado.

No que diz respeito a exigência de inscrição no Conselho Regional de Enfermagem a solicitação não prospera pelos fundamentos acima elencados.

Da Decisão: A solicitação de impugnação foi recebida tempestivamente, todavia **no mérito julgada improcedente.**

Dessa forma, restitua-se os autos à SELIC/CLOG/DIREN-ANP/PF com sugestão, s.m.j., de continuidade do procedimento de contratação nos termos do Edital publicado sem alterações."

5.

5.1. Inicialmente, há de se registrar que as condições fixadas no Edital e Termo de Referência foram estabelecidas com estrita observância das disposições legais contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e ao decreto nº 10.024/2019:

Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

I - conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos.

Parágrafo único. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

5.2. Verifica-se que o pedido de impugnação é tempestivo, porém que a área técnica não corrobora com as alegações do impugnante, pois a solicitação para a inclusão da inscrição no COREN foi analisada à luz do princípio da competitividade e da jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU).

5.3. A manifestação técnica destaca, que a exigência de registro em conselho de classe deve estar vinculada à **atividade básica ou preponderante** do objeto licitado. No caso de contratação de serviços de pronto atendimento médico com fornecimento de ambulância, a atividade preponderante é a de medicina.

5.4. Conforme o entendimento do **TCU, solidificado no Acórdão 2615/2021-Plenário**, exigir o registro em mais de um conselho de classe quando a atividade-fim é clara e definida seria uma medida restritiva e desnecessária.

5.5. É importante considerar que a Administração Pública está vinculada aos princípios da eficiência e da economicidade. A Constituição da República de 1988 (CRF/1988) determinou como regra a obrigatoriedade do processo licitatório para toda administração pública, direta, indireta e fundacional nos termos do seu artigo 37, inciso XXI, visando alcançar a proposta mais vantajosa financeiramente e tecnicamente para os interesses da administração no âmbito de suas contratações.

5.6. Nesse sentido, destacam-se os referidos princípios no que se refere às licitações e aos contratos formalizados pela administração pública. Isso porque tais princípios zelam, respectivamente, por aperfeiçoar a alocação dos recursos públicos nas contratações e por alcançar a alternativa mais vantajosa do ponto de vista econômico.

5.7. Dessa forma, considerando a manifestação expressa do Setor Técnico, verifica-se a **não procedência dos requisitos da impugnação**, uma vez que a alegação de que a vedação a subcontratação afastaria as agências de viagens da participação do certame não prospera.

DA DECISÃO

5.1. Diante do exposto, recebo a impugnação interposta pela empresa BITENCOURT CENTRAL DOS EXAMES DE BRASILIA LDA, inscrita sob CNPJ: 05.663.326/0001-12, especialmente pela manifestação da área técnica competente, a qual decido pela **não procedência** nos termos das razões acima expostas, em razão dos argumentos lançados nesta manifestação.

5.2. Em atenção ao pedido de reforma consignado pela impugnante, **encaminho os autos à Autoridade Competente para apreciação do presente recurso.**

5.2.1. É importante destacar que a presente justificativa não vincula a decisão superior, apenas faz uma contextualização documental com base naquilo que foi carreado ao processo, fornecendo subsídios à autoridade administrativa superior, a quem cabe análise desta e a decisão.

SUMAYA SANDRA T. DE SOUZA GUIMRÃES

Agente de Contratação

Chefe Substituta - SELIC/CLOG/DIREN/ANP-PF

DESPACHO:

1. Ciente e de acordo com a decisão.

WALVERNACK BESERRA

Perito Criminal Federal

Coordenador de Administração e Logística

CLOG/DIREN-ANP/PF

DESPACHO:

1. Considerando a fundamentada manifestação do setor técnico competente e a decisão da Pregoeira, que demonstram de forma clara e objetiva que as exigências do Edital estão em estrita conformidade com a Lei n.º 14.133/2021, bem como que os argumentos da impugnante não possuem mérito jurídico ou técnico, mantenho a decisão exarada pela Pregoeira, ratificando a **improcedência da impugnação** interposta.

2. Dê ciência à Impugnante, após divulgue-se esta decisão junto ao site www.comprasnet.gov.br, bem como se procedam às demais formalidades de publicidade determinadas em lei.

CHRISTIANE CORREA MACHADO
Delegada de Polícia Federal
Diretora de Ensino da Academia Nacional de Polícia
DIREN-ANP/PF



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO ALEXANDRE ALENCAR BARROS, Diretor(a) - Substituto(a)**, em 12/09/2025, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SUMAYA SANDRA TORRES DE SOUZA GUIMARAES, Chefe de Serviço - Substituto(a)**, em 12/09/2025, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **WALVERNACK BESERRA, Coordenador(a)**, em 12/09/2025, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=142557988&crc=96174713.
Código verificador: **142557988** e Código CRC: **96174713**.

Referência: Processo nº 08204.001314/2025-10

SEI nº 142557988